Geografia e Ordenamento do Território, Revista Eletrónica

Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território

http://cegot.org

ISSN: 2182-1267

Caser, U.

MEDIATEDOMAIN. Lda.

caser@mail.telepac.pt

Vasconcelos, L.

DCEA – FCT – UNL

ltv@fct.unl.pt

A Mediação Ambiental e Sócio-Territorial (MAST)

Um Campo de Intervenção por Excelência para Geógrafos!

Referência: Caser, U. e Vasconcelos, L. (2012). A Mediação Ambiental e Sócio-Territorial (MAST) Um Campo de Intervenção por Excelência para Geógrafos!. Revista de Geografia e Ordenamento do Território, n.º 2 (Dezembro). Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território. Pág. 75 a 96

Resumo

No mundo globalizado as estruturas tradicionais de decisão originam cada vez mais conflitos, ou seja fortes desacordos políticos acerca das soluções a escolher, bem como protesto da sociedade civil face à implementação de certas decisões. A Mediação, como meio de resolução alternativa e extrajudicial de conflitos oferece aqui uma oportunidade de tomada de decisão colaborativa. A Mediação Ambiental e Sócio Territorial (MAST), sendo uma intervenção virada para a comunicação eficaz, para a clarificação dos interesses dos atores e para o planeamento e a tomada de decisão colaborativa e sustentável, ganhou nas últimas décadas, também em Portugal, cada vez mais relevância. Trata-se de um campo de intervenção por excelência para

Geógrafos, visto que o "*core business*" de Geógrafos é o estudo e a gestão dos efeitos provenientes de interdependências sejam eles ambientais ou sócio-territoriais.

Palavras-Chave: Geografia, Mediação, Conflito, Consenso, Interdependência

Abstract

In our globalized world the traditional structures of decision making increasingly originate conflict. Strong disagreements about political solutions tend to provoke protest of the civil society against the implementation of certain decisions. Mediation, as a means of conflict resolution, can help here. Environmental and Socio-Territorial Mediation is an intervention, based on effective communication, the clarification of the actors' variety of interests and collaborative, sustainable decision-making. It became more and more relevant in the last decades, also in Portugal. Since the "core business" of Geographers is to analyze and manage all kinds of interdependencies and their effects, Environmental and Socio-Territorial Mediation is a field of intervention *par excellence* for Geographers.

Keywords: Geography, Mediation, Conflict, Consensus, Interdependence

1. Introdução

Todos os trabalhos de planeamento e tomada de decisão sócio-territoriais hoje em dia baseiam-se em trabalhos conjuntos de diferentes profissionais (administração do Estado, urbanistas, investidores privados, etc.) e pressupõem a interação com uma variedade considerável de atores da sociedade civil (cientistas, associações, ONGs, população, etc.) (Nkhata et al., 2008). Assim os processos de tomada de decisão são cada vez mais caracterizados por uma elevada complexidade, que por sua vez origina uma diversidade significante dos interesses e necessidades envolvidos. Constata-se também que a implementação das políticas sócio-territoriais ultimamente é visto com algum criticismo e às vezes acompanhada pela perda de confiança na tomada de decisão técnica por parte da sociedade civil. Os resultados são discussões e conflitos, protestos e bloqueios.

É neste contexto que a Mediação Sócio-Territorial (MAST) se apresenta como uma solução viável. A MAST visa a resolução cooperativa e consensual de divergências, envolvendo os atores-chave em todas as fases de planeamento bem como na tomada de decisão (Bush et al., 1994).

A MAST é um processo que deve ser conduzido por profissionais independentes, formados para o efeito, e com sensibilidade para interdependências complexas (Sussking & Cruikshank, 1987). Em Portugal este campo de intervenção prometedor não se encontra (por enquanto) no foco da atenção dos geógrafos, sendo gradualmente "ocupado" por todo o tipo de outros profissionais que descobriram o potencial destes processos. No entanto trata-se de um campo de intervenção por excelência para Geógrafos.

O objectivo desta publicação é apresentar a MAST e a sua implementação no planeamento e na tomada de decisão sócio-territorial. A intenção é sensibilizar para o tema e demonstrar a relevância da MAST para a gestão de conflitos no âmbito do Ordenamento do Território. Os dois estudos-caso apresentados demostram que a MAST já está a ser implementada com sucesso em Portugal.

2. A Mediação Ambiental e Sócio-Territorial (MAST)

A Mediação em termos gerais insere-se nos processos RAL (Resolução Alternativa de Conflitos) juntamente com a Arbitragem e a Conciliação. Em Portugal conhece-se a Mediação primordialmente através da Mediação Familiar e dos Julgados de Paz, onde os casos são bi- ou multilaterais, e as partes envolvidas resolvem o seu próprio conflito pessoalmente (Caser, 2009). A MAST - como vai ser demonstrado - é um outro campo de mediação com características próprias.

2.1. Objectivos da MAST

Uma MAST poderá ser o processo indicado em todas as situações em que importa juntar partes interessadas e representantes de instituições, organizações ou associações para trabalharem interactivamente em prol de uma decisão que satisfaça o maior número de interesses possíveis (Schwerin, 1995).

O desenho de processo deve adequar-se à situação e às dinâmicas previsíveis de diálogo. Isto implica uma pré-análise da situação antes da efetivação da contratação (identificação de *stakeholders*[1], desenho preliminar do processo, etc.). A ideia base é, como destaca Moore (1986), que os próprios atores são os peritos da sua situação. Nesta perspectiva todos os atores-chave devem ser envolvidos no processo de maneira a permitir-lhes usufruírem em pleno dos seus conhecimentos, sejam estes técnicos ou vivenciais. O desafio consiste no desenho e execução de um processo que promova o diálogo produtivo, e ofereça uma "arena" em que todos possam falar, planear e decidir. Estabelece e conduz-se assim ao longo do processo um diálogo cooperativo e construtivo entre os participantes, visando a resolução colaborativa de qualquer dinâmica conflituosa (Jänicke, 1997).

Ao contrário do que disseram Carpenter e Kennedy em 1988, não pensamos que a existência de um conflito manifesto seja uma exigência de base para a implementação de uma MAST. Defendemos antes, com Fuchs et al. (2006), que o planeamento e a tomada de decisão sócio-territorial implicam - quase sempre - situações de conflito,

[1] Stakeholders = atores-chave, afectados direta e indiretamente pela situação conflituosa. Também: Atores interessados na decisão que pretende resolver o conflito por motivos vários e atores que podem bloquear a implementação da decisão tomada.

sejam eles latentes, emergentes ou manifestos. Nesta perspectiva a comunicação eficaz entre todas as partes interessadas parece sempre útil. Não faz qualquer sentido esperar até que o conflito se torne manifesto para ser reconhecida a necessidade de uma MAST.

Evidentemente a Mediação não aparece como meio de resolução de conflito que resolve qualquer conflito à 100% e crie um consenso total entre todos os envolvidos. Existem certamente situações em que o consenso geral nunca será possível (Quem estará de acordo com a construção de um aeroporto perto da sua casa?). Mas através da Mediação podem ser satisfeitas as necessidades das partes interessadas tanto quanto possível no contexto de uma situação conflituosa.

Os factores de sucesso mais relevantes para a implementação de uma MAST encontram-se compilados no Quadro 1.

Quadro 1: Factores de sucesso mais relevantes para a implementação de uma MAST (Caser & Vasconcelos, 2008)

A MAST é um método adequado para a resolução de conflitos complexos quando…

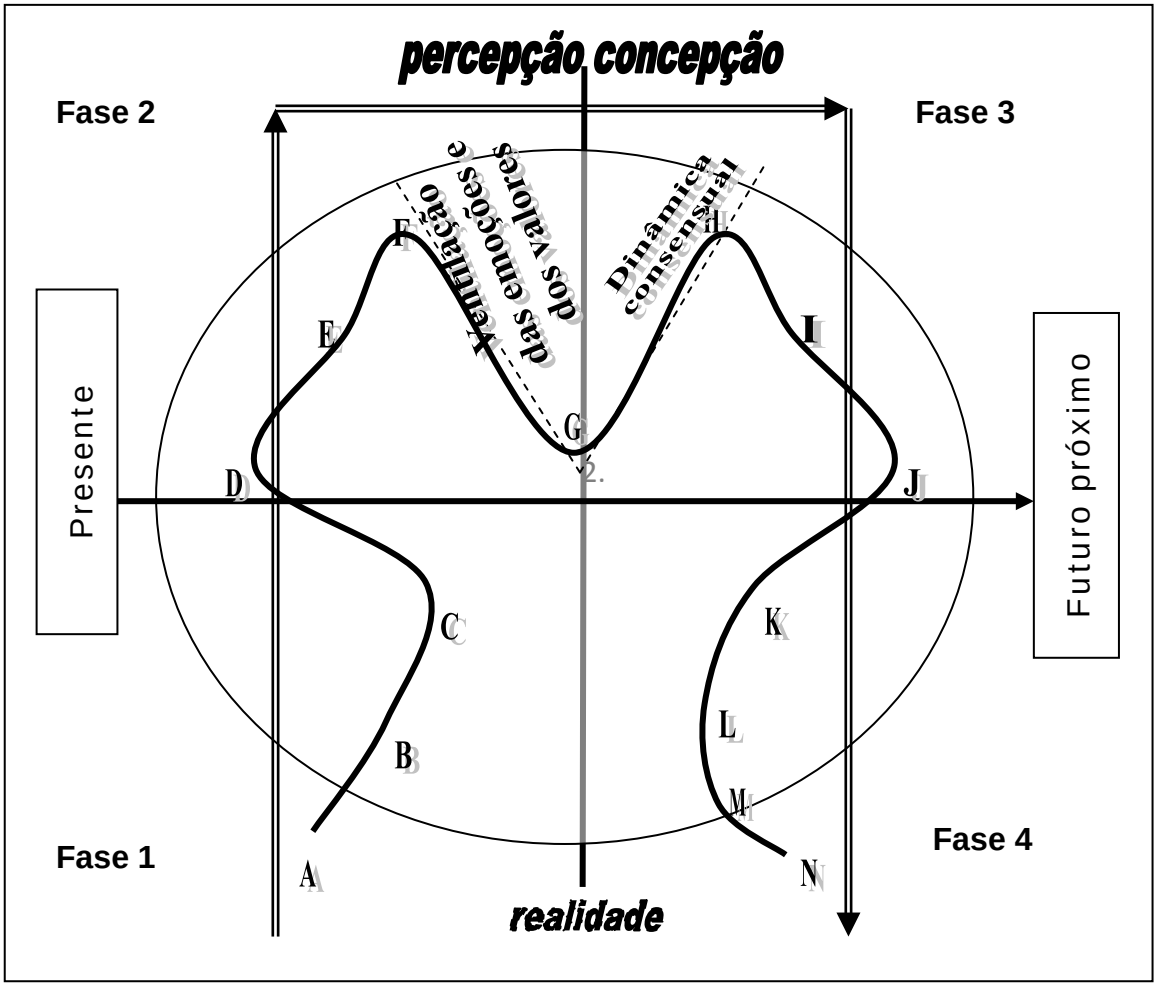
- … o mediador ou a equipa de mediadores contratados são profissionalmente competentes e experientes e isentos a qualquer das questões a serem tratadas
- … o conflito revela-se como "mediável". Esta decisão deve basear-se na avaliação profunda do conflito e numa *Stakeholder-Analysis* competente a ser executada pelos mediadores
- … uma decisão tomada de maneira tradicional (top-down) vai previsivelmente criar protestos e bloqueios por parte dos *stakeholders* não envolvidos
- … se quer valorizar (e não excluir) a informação técnica multidisciplinar e todo o conhecimento prático existente
- …se quer apostar na satisfação tanto quanto possível dos interesses e necessidades em jogo visando a solução do problema por ações coordenadas
- …se quer fomentar uma nova cultura de diálogo em geral rumo a criação de um melhor Portugal no futuro.

2.2. A MAST - O Processo, as Fases e a Metodologia

Uma MAST desenvolve-se sempre de maneira estruturada e em várias fases (Quadro 2). De acordo com Fiutak (2009) a Mediação começa no sector presente/realidade

(Fase 1) em que as partes declaram a sua adesão ao processo e contam as suas histórias, seguida de uma Fase 2, dedicada à exploração de interesses, necessidades, valores e emoções. É só na Fase 3 que começa a dinâmica consensual, com o desenvolvimento criativo de alternativas e a avaliação desta iniciativa visando uma escolha de opções para solução. Na Fase 4 as partes concretizam as opções escolhidas, elaboram um plano de ação, definem medidas de implementação e, eventualmente, combinam entre si mecanismos de monitorização do cumprimento do acordo.

Quadro 2: As Fases e Etapas da MAST (adaptado de Fiutak, 2009)



As fases apresentadas no Quadro 2 são as seguintes:

A. Preparação do Mediador Antes da Sessão

B. Início do Processo, Acolhimento dos Mediados, Consensualização de Regras e Construção Cooperativa do Quadro de Trabalho

C. Descrição do Conflito Percebido; Expressão dos Pontos de Vista

D. Transição da Argumentação Baseada em Posições para a Exploração de Interesses; Mudança de Atitude do Mediador

E. Identificação de Interesses e Necessidades; Percepção e Análise Comum do(s) Problema(s)

F. Acompanhamento da Dinâmica Emocional

G. Re-afirmação da Adesão ao Processo, Ajuste da Agenda, Início da Dinâmica Consensual

H. Geração de Alternativas para Solução

I. Avaliação das Alternativas e Identificação de Opções Possíveis

J. Co-construção de Opções

K. Desenho Preliminar do Acordo (In)formal

L. Elaboração do Acordo Final

M. Redação (ou não) do Acordo, Fim da Mediação

N. Desvinculação do Mediador, Intervisão e/ou Supervisão

No entanto não existem "receitas" a aplicar, cada caso é um caso. Segundo a experiência da autora podem ser vários os desafios específicos para o desenho, estruturação e condução do processo, a saber (a título de exemplo):

- A situação exige que grandes quantidades de informações técnicas e não técnicas sejam elaboradas, recolhidas ou estruturadas, para servir de *input,* visando uma tomada de decisão competente.
- Em outros casos as dinâmicas emocionais fortes entre os participantes podem exigir uma gestão conjunta do conflito num processo estruturado.
- Pode ainda tratar-se de um conflito baseado em valores éticos e morais diferentes ou até antagónicos, defendidos pelos participantes. As fortes correntes de persuasão, que se costumam desenvolver nestes casos exigem uma clarificação dos valores em jogo e a interrupção imparcial das "dinâmicas missionárias".

Em todas estas situações e para garantir que os atores possam conversar em pé de igualdade, é necessário que o processo seja conduzido por um profissional externo, neutral e independente, o Mediador.

2.3. O Mediador Ambiental e Sócio-Territorial

O desafio principal para o Mediador consiste na combinação e estruturação adequada de diferentes tipos de metodologias (e. g. técnicas de comunicação eficaz, metodologias de fomentar a criatividade e formatos de trabalhar com grandes grupos), interagindo com as estruturas tradicionais de reunião a fim de envolver todos os interessados de acordo com suas possibilidades, necessidades e intenções (Caser, 2008). Assim, cada MAST tem a sua própria dinâmica e as suas exigências processuais bastante específicas.

À primeira vista, entende-se que a condução de uma MAST é uma tarefa complexa e exige a intervenção de profissionais bem formados. Os Mediadores devem ter profundos conhecimentos metodológicos, bastante experiência comprovada e inquestionável confiabilidade (Moore, 1996).

O Mediador Ambiental/Sócio-Territorial deve assim - para além da sua formação de base - dispor de uma formação específica em Mediação (multipartes) e em técnicas e metodologias de facilitação de processos participativos. Existem em Portugal formações em todos estes campos, sendo as formações em Mediação frequentadas primordialmente por juristas, psicólogos e sociólogos[2], e as formações em técnicas de facilitação de processos participativos[3] por engenheiros de ambiente, biólogos e arquitetos. Os geógrafos muito raramente aparecem.[4]

---

[2] A autora participa em cursos de Mediação Geral como formadora desde 2002. Recentemente exerce atividades p. ex. nos cursos promovidos pela MEDIARCOM – Associação Europeia de Mediação (para mais informações ver: www.mediarcom.com)

[3] Cursos em Técnicas de Facilitação e Participação Ativa, em que a autora é formadora, são promovidos regularmente p. ex. pela LPN – Liga para a Proteção da Natureza (www.lpn.pt).

[4] Também existe a possibilidade de estruturar formações específicas à medida por encomenda. (caser@mail.telepac.pt)

3. A Mediação Ambiental / Sócio-Territorial em Portugal

Como foi referido a MAST é um tema bastante novo. A participação pública em Portugal, no entanto, começou há muito mais de uma década a ser colaborativa. Houve vários projetos e formações neste sentido, por exemplo promovidos pela Associação Portuguesa de Engenharia do Ambiente (APEA) em 1992. Mais um impulso importante neste sentido aconteceu em 1998 quando o projeto FLEXIMODO da União Europeia trouxe novas metodologias de diálogo e construção de consenso entre partes interessadas, sejam eles instituições governamentais, regionais ou locais, ONG, empresários, associações civis ou até pessoas a título individual (FLEXIMODO, 2000). Desde então este conceito foi largamente aplicado em vários contextos, utilizando metodologias mais adequadas, e a desenvolver cada vez mais formatos para as diversas situações de Workshops, Fóruns, Seminários, Conferências e Reuniões.

A autora participou como mediadora em muitos destes processos, tais como Agenda 21 Local /Planos Municipais do Ambiente (Oeiras, Torres Vedras, Alcobaça, Sesimbra, Odivelas, etc.), Programa Bairros Críticos (Cova da Moura) e mais recentemente no projeto MARGov – Governância Colaborativa de Áreas Marinhas Protegidas - O caso de estudo do Parque Marinho Professor Luiz Saldanha - Galardão Gulbenkian/ Oceanário de Lisboa de 2008 (IMAR 2008), tendo verificado que a combinação entre Geografia (neste caso física) e Mediação provou dar um "casamento bastante feliz". De seguida focamo-nos a título de exemplo no processo participativo da Cova da Moura (ano de 2006), e no projeto MARGov (anos de 2009-2010) e apresentamos sucintamente algumas noções destes projetos.

3.1. MAST em Projetos de Intervenção no Espaço Urbano Construído – Iniciativa Operações de Qualificação e Inserção Urbana de Bairros Críticos - Cova da Moura

As zonas críticas nas cidades, tais como bairros de génese ilegal ou de habitação social apresentam frequentemente situações de exclusão social de difícil resolução ou, até, certos níveis de violência e criminalidade. Vimos nos últimos anos que estas situações podem levar à escalada de agressão social e conflitos, como o que aconteceu por exemplo em Paris, França, no ano 2006. Parece até pouco provável que qualquer

medida anunciada por um governo possa evitar que ocorram estes tipos de conflito. No entanto, as cidades podem ser também espaços de inovação e aprendizagem de formas inovadoras. O desafio consiste na intervenção adequada nestas áreas, visando a criação de contextos sustentáveis a médio e longo prazo. (Vasconcelos, 2007)

3.1.1. A Iniciativa Bairros Críticos - Cova da Moura – Breve Descrição

Com o lançamento da Iniciativa Operações de Qualificação e Inserção Urbana de Bairros Críticos em 2005 a intenção do governo português foi desafiar a comunidade tecno-científica a desenvolver novas formas de intervir em espaço urbano. O objectivo foi a implementação – em forma de projeto-piloto – de uma política de cidade ao nível do bairro construída em estreita colaboração com os atores-chave que nele intervêm (INH, 2006-a). Para este programa experimental foram, numa primeira fase, selecionados três bairros pelas suas características diversificadas – Cova da Moura, Lagarteiro e Vale da Amoreira. Os trabalhos deveriam ser direcionados em concordância com as seguintes linhas orientadoras (Quadro 3), posteriormente enquadradas como "Princípios de Orientação" na Estratégia Nacional para a Proteção Social e Inclusão Social 2008-2010," (MTSS, 2008)

Quadro 3. Linhas Orientadoras no Âmbito do Programa "Bairros Críticos – Projeto Cova da Moura" (adaptado de MTSS, 2008)

No âmbito do Programa "Bairros Críticos" procurava-se…

- Projetos mobilizadores com capacidade e de impacte estrutural
- Projetos integrados de base sócio-territorial
- Intervenções orientadas para a inovação
- Coordenação estratégica e participação dos atores locais
- Mobilização de novas formas de financiamento
- Sustentabilidade e durabilidade dos resultados e efeitos

…apostando no envolvimento de uma rede de atores alargada e diversificada

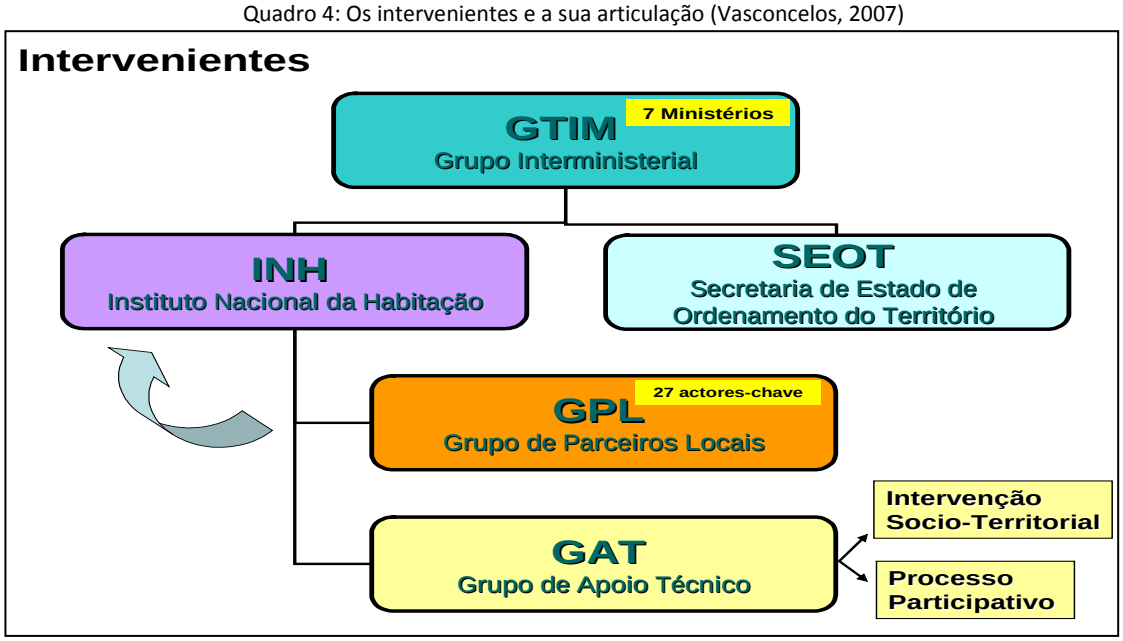
- num processo de aprendizagem e co-operação
- na produção dos planos de ação
- na construção de um compromisso de ação

As equipas a liderar o processo participativo da Cova da Moura, articuladas no âmbito do "Grupo de Apoio Técnico – GAT" foram:

- O "Grupo de Intervenção Sócio Territorial" constituída por membros do então Centro de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras da Universidade Lisboa[5], responsáveis pela vertente técnica da elaboração do Plano de Ação, e
- A "Equipa do Processo Participativo" constituído por Mediadores e Facilitadores profissionais do DCEA-FCT-UNL[6], responsável para a estruturação e dinamização das reuniões e eventos públicos.[7]

Os intervenientes no processo articularam-se da seguinte maneira: (Quadro 4)

Quadro 4: Os intervenientes e a sua articulação (Vasconcelos, 2007)



O bairro da Cova da Moura localiza-se no concelho da Amadora, e foi criado nos anos 70 quando muitos portugueses retornaram da África após a revolução de 25 de Abril de 1974. Desde então foi crescendo, continuando a ser um destino de imigração. Hoje em dia, a comunidade Cabo Verdiana é o grupo mais numeroso, mas o bairro mesmo assim continua a ter uma população etnicamente heterogénea (Horta, 2006). A mediação, neste caso sócio-territorial-urbano decorreu entre Janeiro e Junho de 2006. (Caser & Vasconcelos, 2008).

[5] Desde Outubro 2009: Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT-UL) - Equipa liderada por Prof. Doutor Jorge Malheiros

[6] Equipa liderada por Profª Doutora Lia Vasconcelos (DCEA-FCT-UNL)

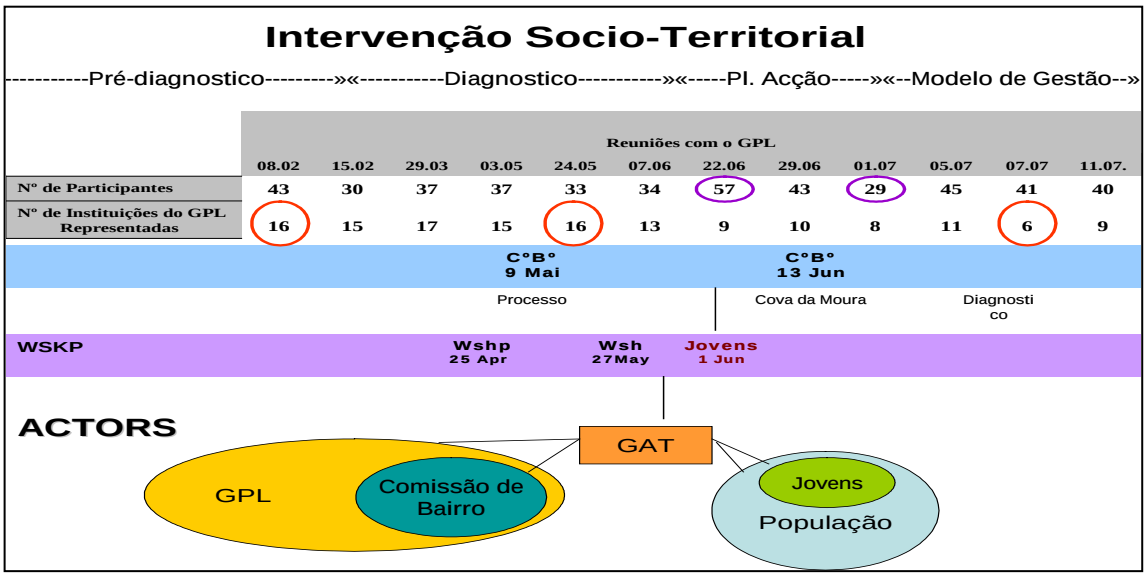
[7] A autora integrou a Equipa do Processo Participativo, na função de mediadora de quase todos os Workshops e sessões.

3.1.2. A Mediação Ambiental e Sócio-Territorial na Iniciativa Bairros Críticos - Cova da Moura – Componentes Processuais e Metodológicos

O processo foi estruturado em doze reuniões do Grupo de Parceiros Locais, grupo este destinado e instaurado com poderes de tomarem qualquer decisão. Estas reuniões decorreram sensivelmente de quinze em quinze dias e demoraram cerca de quatro horas cada. Como local de realização foi escolhido o refeitório da Escola Básica EB1 da própria Cova da Moura, visto que este era um local conotado como neutral e com sala e equipamentos necessários. Para além disso, a escola encontra-se dentro do bairro da Cova da Moura, facilitando assim o acesso das associações e instituições locais e, nos Workshops públicos, também da população em geral.

Foram realizadas ainda duas reuniões da Comissão do Bairro (09.05.2006 e 13.07.2006) e três Workshops para o público em geral, um dos quais destinado à população jovem, visto que 45% da população residente tem menos de 24 anos (Quadro 5)

Quadro 5: Agenda da Intervenção Sócio-Territorial (Vasconcelos, 2010)



"Quando a equipa de mediadores iniciou o processo havia um conflito latente entre os moradores e a Câmara Municipal que se prendia com o futuro do bairro. Portanto o contexto inicial era de conflito entre os dois atores chave envolvidos no processo. Foi pois necessário ter isto em conta e criar um ambiente seguro e construtivo para que se discutisse de forma faseada as várias componentes da intervenção sócio-territorial para o desenvolver de um plano de intervenção coerente e consensual entre todos, co-

responsabilizando-os e assumindo formas de partilha nas acções a desenvolver." (Caser & Vasconcelos, 2008)

Obviamente o trabalho dos Mediadores, neste contexto complexo e de conflito latente, teve de se afirmar em cada momento pela isenção, transparência e regras claras do processo de Mediação, assegurando a equidade de todos os intervenientes. Crucial para o sucesso foi mais uma vez a rigorosa separação entre o "conteúdo" (da responsabilidade do Grupo de Intervenção Sócio-Territorial) e o "processo" (a cargo da Equipa do Processo Participativo), bem como neste último a mediação profissional com regras claras.

Assim, conseguiu-se assegurar a oportunidade de intervenção idêntica a todos. Isto tornou-se essencial para a igualização do poder de intervenção e oportunidade de ser ouvido e resultou na interiorização das regras de interação por parte dos participantes ao longo do processo. Foi também importante que quaisquer decisões em sede do GPL foram tomadas por deliberação e nunca por votação, o que contribuiu para a autonomia e maior co-responsabilização dos participantes e encorajou a negociação e reformulação de propostas.

A implementação da MAST neste projeto garantiu uma articulação efetiva do modelo formal e informal de decisão num contexto bastante inovador (Vasconcelos, 2007). O resultado foi um plano de ação inteiramente consensual (INH 2006-b).

3.2. MAST em Projetos de Investigação-Ação: "MARGov – Governância Colaborativa de Áreas Marinhas Protegidas" (Parque Marinho Luís Saldanha – Sesimbra)

Combinar a ação com a investigação é possível em várias áreas, tem com objectivo compreender, melhorar e reformar práticas (Ebbutt, 1985) e baseia-se na intervenção no funcionamento de entidades reais e análise detalhada dos efeitos dessa intervenção (Kuhne & Quigley, 1997). Assim, esta metodologia baseia-se na procura da melhoria das práticas (p. ex. de planeamento, tomada de decisão, ou gestão de conflitos sociais) mediante a mudança (p. ex. pela experimentação de novos processos, e. g. Processos de Participação Pública ou MAST). A aprendizagem a partir das

consequências dessas mudanças gera novos caminhos para a futura melhoria das práticas. Trata-se então de uma metodologia qualitativa e dinâmica.

Nos projetos de investigação-ação trata-se de uma abordagem científica específica, que permite que o investigador consiga gerar novos conhecimentos sobre sistemas sociais, esforçando-se ao mesmo tempo de introduzir mudanças. Assim, visto que as equipas do GAT são equipas universitárias, que no âmbito das suas intervenções tentam introduzir a MAST, os projetos de investigação-ação obviamente constituem boas oportunidades.

3.2.1. MARGov – Governância Colaborativa de Áreas Marinhas Protegidas (Parque Marinho Luís Saldanha – Sesimbra) – Breve Descrição

Na perspectiva acima descrita a equipa da DCEA-FCT-UNL[8], da qual a autora faz parte concorreu ao galardão Gulbenkian/Oceanário 2008 e ganhou suporte financeiro para um projeto de investigação-ação que visou estruturar um modelo de governância colaborativa, assente na criação do diálogo entre as partes interessadas, recorrendo às metodologias da MAST e da Participação Pública Ativa. Este projeto decorreu até ao fim do ano de 2011.[9]

Para área de estudo foi escolhido o Parque Marinho Luís Saldanha[10], em Sesimbra, criado por mecanismos tradicionais de tomada de decisão (*top-down*) sem envolvimento ativo de grande parte dos *stakeholders.* Especialmente a comunidade dos pescadores mostrou o seu desagrado com os regulamentos em vigor, visto que se sentiram excluídos do processo de desenvolvimento e decisão destas regras, não concordando com grande parte das restrições introduzidas.

A ideia base do projeto foi estruturar um modelo de governância colaborativa para Áreas Marinhas Protegidas que contribuía para a implementação de políticas de desenvolvimento sustentável na gestão dos oceanos.

De entre os objectivos específicos destacam-se em especial os seguintes (Vasconcelos, Caser & Sá, 2010):

---

[8] Equipa liderada por Profª Doutora Lia Vasconcelos (DCEA-FCT-UNL)

[9] http: //margov.isegi.unl.pt

[10] A área marinha do Parque Natural da Arrábida (criado em 1998 através do DR. N.º 23/98 de 14 de Outubro)

- Incentivar o *empowerment* dos atores-chave para a mudança e para novas formas de governância colaborativa e sustentável dos oceanos, focando na gestão dos conflitos como estratégia central, visando uma melhor colaboração entre todas as partes interessadas em prol de decisões conjuntas mais robustas e menos contestadas.
- Potenciar a participação e a co-responsabilização das comunidades locais e de outros atores relevantes, de forma a assegurar uma implementação mais eficaz e descentralizada de novos modelos de governância colaborativa em Áreas Marinhas Protegidas.
- Fomentar o diálogo eco-social construtivo, eficaz e criativo de forma a estimular processos interativos de colaboração para a governância de áreas marinhas protegidas e reforçar relações de longo prazo entre os atores locais para a gestão dos recursos marinhos associados.
- Sensibilizar o público em geral e os atores locais e comunidades educativas em particular, para a compreensão da importância e utilidade das AMP e das suas novas formas gestão colaborativa.
- Assegurar a transferência de experiências e conhecimentos e o suporte técnico-científico para medidas políticas de gestão das AMP nacionais, contribuindo, no futuro, para a efectiva implementação de uma rede nacional ou regional.

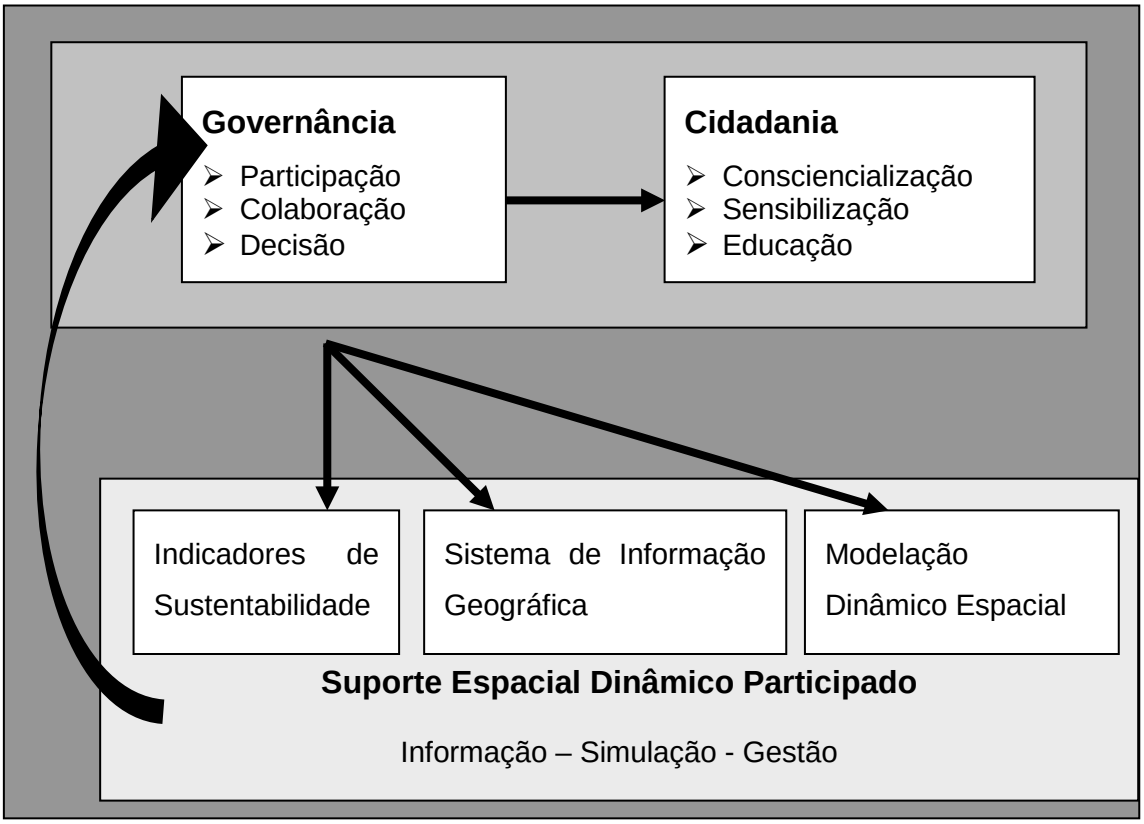
3.2.2. MARGov –Governância Colaborativa de Áreas Marinhas Protegidas (Parque Marinho Luís Saldanha – Sesimbra) Componentes Processuais e Metodológicos

Como já foi referido o projeto MARGov intervém completamente independente e neutral, visto que se trata do primeiro Galardão Gulbenkian/Oceanário "Governação Sustentável dos Oceanos"11 o qual garante o financiamento durante dois anos. O objectivo do projeto é criar diálogo, para além das decisões técnicas. Assim, no âmbito do MARGov não se pretende privilegiar qualquer das partes interessadas unilateralmente, em detrimento das outras mas trazer todas para o processo. O

[11] Galardão Gulbenkian/Oceanário de Lisboa 2008 "Governação Sustentável dos Oceanos" ver: http://www.gulbenkian.pt/index.php?object=101&blog=87&secId=88&articleId=965

envolvimento dos *stakeholders* é completamente voluntário, os Mediadores são independentes e o processo é confidencial, na medida em que de cada evento público é elaborado um relatório de transcrição, no qual os contributos dos diferentes atores são anonimizados. A estrutura geral do projeto é a seguinte (Quadro 6):

Quadro 6: A estrutura do projeto MARGov (adaptado de Vasconcelos, Caser, Gonçalves & Sá, 2010)



O projeto consiste de três componentes: (1) Governância, abraçando o processo de participação e com especial foco no diálogo e a eventual tomada de decisões conjunta (dos *stakeholders*); (2) Cidadania, dedicando-se à consciencialização da população local em geral, visando a sensibilização e educação para a sustentabilidade; e (3) a componente do Suporte Espacial-Dinâmico Participado, responsável pela recolha e registo de informação e pela introdução desta informação em modelos de gestão. No âmbito da componente "Suporte Espacial-Dinâmico Participado" serão – sempre incluindo a colaboração das partes interessadas - desenvolvidos indicadores de sustentabilidade, terá lugar o registo geo-referenciado de informação e serão exploradas as possibilidades da modelação dinâmica-espacial. Os resultados destas

sub-componentes servirão, por sua vez, de *input* para os trabalhos ao longo do projeto.[12]

Assim envolvem-se todas as partes interessadas no processo de construção de diálogo (comunidades locais, pescadores, praticantes de mergulho, a caça submarina, operadores turísticos, administrações locais, regionais e centrais, ONG, sector privado, instituições nacionais e internacionais, agências de cooperação, entre outros.).

No âmbito do projeto foram executados vários eventos públicos de participação, nomeadamente: 13 fóruns alargados, 8 reuniões com os pescadores, 6 painéis e consultas a peritos, uma sessão de indicadores e três interações online (Quadro 7).

Quadro 7: Eventos de Participação Realizadas

Tipo de Evento	Grupo Alvo	N°
Fórum Alargado	Todas as instituições, grupos e indivíduos interessados	13
Reunião Pescadores	Pescadores e Associações de Pescadores	8
Painel e Consulta a Peritos	Peritos de diferentes áreas (e. g. Fiscalização, Turismo), Comunidade Científica	6
Sessão de Indicadores	Todas as instituições, grupos e indivíduos interessados	1
Interação Online	Todas as instituições, grupos e indivíduos interessados, envolvimento por *e-mail*	3

A metodologia encontrada para a definição de um modelo de governância colaborativa assenta, como vimos, na participação ativa dos atores locais na própria estruturação do modelo. Constata-se que o projeto MARGov contribui para o desenvolvimento de uma visão comum para o Parque Marinho Luís Saldanha especificamente, mas também para a gestão de Áreas Marinhas Protegidas em geral. Visão essa que deve responder às necessidades futuras das sociedades e aos desafios do desenvolvimento sustentável, nomeadamente a conservação da biodiversidade associada a estes espaços, da qual dependem inúmeros serviços, qualidade de vida e bem-estar. Esta articulação entre os atores-chave permite, gerir de forma mais integrada as problemáticas comuns ligadas aos habitats costeiros e à pesca artesanal e reforçará a eficácia das AMP. A plataforma SIG, construída na 1ª fase, tem um papel importante no apoio à participação dos atores locais. Ao permitir o registo de dados e informações

[12] Fonte: IMAR (2008): Proposta Galardão Gulbenkian/Oceanário de Lisboa: MARGOV - O Diálogo Eco-social e o Conhecimento Ecológico Tradicional na capacitação de agentes de mudança para a Governância Colaborativa de Áreas Marinhas Protegidas; O caso de estudo do Parque Marinho Professor Luiz Saldanha (não publicado)

geradas pelo processo participativo dos *workshops* e fóruns, esta ferramenta poderá facilitar mais tarde a tomada de decisão através da visualização de diferentes cenários para a ação.

A proposta de implementação da MAST neste projeto visou assegurar a gestão eficaz de conflitos e consiste na facilitação desses processos, de forma a promover o diálogo claro, respeitável, aberto e construtivo entre todas as partes, para se conseguir resultados efetivos uma vez que assegura:

- A integração das necessidades, interesses, responsabilidades e percepções dos atores-chave na discussão
- A partilha de experiências e saberes-fazer entre a comunidade científica e a comunidade local, bem como entre os atores-chave do processo
- A interação de diversos tipos de informação e conhecimento, que de outro modo nunca teriam a oportunidade de ser expostos
- A interação efetiva entre os vários atores e as suas perspectivas que, provavelmente, nunca se teriam cruzado.

O projeto MARGov promove o envolvimento dos atores locais na própria definição do modelo pretendido para a sua participação e colaboração na governância das áreas protegidas. A MAST no âmbito deste projeto constitui um valor acrescentado pois contribui para diminuir o conflito e para o encontrar de soluções consensuais. Assim, os atores-chave locais, caso tomem futuramente decisões em conjunto, co-responsabilizam-se de forma a assegurar uma implementação mais eficaz e descentralizada da gestão, bem como um novo modelo de governância para a AMP. Isto constitui sem dúvida uma inovação.

4. Conclusões

Tendo em consideração as características dos casos de estudo em cima descritos conclui-se o seguinte:

1) O elevado nível de complexidade e a diversidade de atores no âmbito do planeamento e tomada de decisão socio-territorial conduz a que os conflitos neste âmbito sejam difíceis de resolver.

2) Partindo do princípio que as partes de um conflito são os verdadeiros peritos visando a elaboração de uma solução, a exclusão de quaisquer ator-chave condiciona o diálogo colaborativo.
3) Para que a negociação se torne eficaz e possibilita a construção de um consenso alargado é necessário um processo de diálogo estruturado, valorizando as perspectivas e conhecimentos de todos os atores-chave em pé de igualdade.
4) Devido à sua complexidade e ao intenso nível de desconfiança entre atores, convém que a MAST seja conduzida por mediadores externos e independentes tanto aos conteúdos das decisões como às organizações envolvidas.
5) Dada a interdependência entre todos os atores envolvidos e as suas diferentes posições, interesses e necessidades a MAST é o método apropriado para fomentar a partilha e gerir situações adversariais.

À MAST compete assim um papel indispensável na gestão do território e dos seus habitantes.

5. Considerações Finais

Demonstrou-se nesta contribuição que a MAST aparece como método especialmente vantajoso para a gestão de discussões e conflitos no planeamento sócio-territorial. Conflitos esses que podem emergir devido à falta de comunicação entre atores em processos de tomada de decisão tradicionais, à falta de confiança entre os atores, à presença de interesses diversos que parecem à partida inconciliáveis e à influência de sistemas de valores distintos.

Parece-nos óbvio que a formação em geografia com a sua visão global, o seu entendimento de interdependências, a largura da perspectiva que o Geógrafo necessariamente desenvolve, e a sua abertura de espírito, seja a formação de base predestinada para se tornarem Mediadores Ambientais/Sócio-Territoriais.

Esperamos ter conseguido despertar o interesse para a Mediação Ambiental e Sócio-Territorial. Foi nosso intuito – com esta contribuição - sensibilizar para a MAST e desafiar a classe dos geógrafos a abraçarem este campo de trabalho, pois nas últimas

duas décadas – e acentuado pela atual crise - assistimos a uma necessidade crescente de promover processos de tomada de decisão e de resolução de conflitos complexos eficazes, céleres e económicos. Neste sentido parece-nos óbvio, que a MAST terá cada vez mais um futuro prometedor.

6. Referências

Bush, R. A., Baruch/Folger, J. P. (1994): The Promise of Mediation. Responding to Conflict through Empowerment and Recognition. San Francisco.

Carpenter, S. & Kennedy, W.J. (1988). Managing Public Disputes. San Francisco.

Caser, U. (2008). как дирижировать симфоническим диалогом? – медиация и координация в сложных многосторонних процессах. Mediacia e Prava (медиация и право) **4**: 46-55

Caser, U. (2009). Die Mediation als institutionalisierte Form der alternativen Streitbeilegung in Portugal - Die Friedensgerichte in Portugal. DGM-Newsletter 3: 5-10

Caser, U. & Vasconcelos, L. (2008). A Mediação Multiparte e os Desafios e Potencialidades da Mediação Urbana. Campos de Mediação – Novos Caminhos, Novos Desafios. J. Vasconcelos-Sousa (Ed.). Lisboa, Minerva Editora: 33-40

Ebbutt, D. (1985). Educational Action research: some general concerns and specific quibbles. Issues in Educational Research: qualitative methods, R. Burgess (Ed.). Philadelphia: 152-174

Fiutak, T. (2009). Le Mediateur dans l'Arène – Reflexion sur l'Art de la Mediation. Toulouse, Erès Editeur, 221 p.

Fleximodo (2000). European Awareness Scenario Workshop®. Europa-Cordis-Archive – (http://cordis.europa.eu/tdsp/en/fleximod/index.htm)

Fuchs, G., Hehn, M. & Kostka, D. (2006). Mediation im öffentlichen Bereich. Bonn

Horta, A. P. B. (2006).Places of Resistance: Power, spatial discourse and migrant grassroots organizing in the periphery of Lisbon. City 10 (3): 75-86

IMAR (2008). Proposta Galardão Gulbenkian/Oceanário de Lisboa: MARGOV - O Diálogo Eco-social e o Conhecimento Ecológico Tradicional na capacitação de agentes de mudança para a Governância Colaborativa de Áreas Marinhas Protegidas; O caso de estudo do Parque Marinho Professor Luiz Saldanha (não publicado)

INH (2006-a). "Cova da Moura, Memória do Processo Participativo, Iniciativa Bairros Críticos." RCM 143/2005(3)

INH (2006-b). Cova da Moura, Diagnóstico e Plano de Intervenção, Iniciativa Bairros Críticos. RCM 143/2005

Jänicke, M. (1997). Democracy as a condition for environmental policy success: the importance of non-institutional factors in: Lafferty, W. M. & Meadowcroft, J. (Eds.), Democracy and the Environment. Problems and Prospects, Cheltenham, Lyme: 71-85

Kuhne, G. W., & Quigley, B. A. (1997). Understanding and Using Action Research in Practice Settings. Creating Practical Knowledge Trough Action Research: Posing Problems, Solving Problems, and Improving Daily Practice. B. A. Quigley & G. W. Kuhne (Eds.). San Francisco, Jossey Bass, 23-40

Moore, C. W. (1986): The Mediation Process. Practical Strategies for Resolving Conflict. San Francisco

MTSS – Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (2008). Estratégia Nacional para a Proteção Social e Inclusão Social 2008-2010. Lisboa, MTSS, 71 p. http://www.mtss.gov.pt/preview_documentos.asp?r=1588&m=PDF

Nkhata AB, Breen CM, Freimund WA (2008). Resilient social relationships and collaboration in the management of social-ecological systems. Ecol. Soc. 13:2

Schwerin, E. (1995). Mediation, Citizen Empowerment, and Transformational Politics. Westport, CT.

Susskind, L. & Cruikshank, J. (Eds.) (1987). Breaking the Impass. Consensual Approaches to Resolving Public Disputes. New York.

Vasconcelos, L. (2007). Cova da Moura: uma experiência de intervenção sócio-territorial participada. Revista Inforgeo 7: 107-114

Vasconcelos, L., Caser, U. & Sá, R. (2010). Merging Virtual and Physical Participation articulating and orchestrating different stakeholders voices. Space is luxury! – 24th Congress of the Association of European Schools of Planning, Helsinki, Finland, 476-477 - http://aesop2010.tkk.fi/pdf/AESOP_2010_Abstract_book.pdf

Vasconcelos, L., Caser, U., Gonçalves, G. & Sá, R. (2010). MARGOV – building social sustainability. ICCCM'10 - International Congress on Coastal Conservation and Manage-ment in Atlantic/Mediterranean http://icccm.dcea.fct.unl.pt/pdfs/papers_list.pdf

Vasconcelos, L. (2010). Cidades e Cidadãos, empowering comunidades para a sustentabilidade, Involving People in the Decisions that Influence their Habitats. Human Habitat 2010 Evening Lectures – Cities and Governance (The Human Scale), Lisboa; http://www.construcaosustentavel.pt/index.php

Outras páginas na Internet consultadas

http: //margov.isegi.unl.pt

http://www.gulbenkian.pt/section21artId277langId1.htm

http://www.gulbenkian.pt/index.php?object=101&blog=87&secId=88&articleId=965